

O "negócio" da educação

J. Roberto Whitaker Penteado

Jornal do Commercio - Rio - 8.3.2002

Volta aos jornais o debate sobre ensino público e ensino privado. Acho que há vários mal-entendidos nessa discussão. Ninguém, por exemplo, pensa na escola socrática da Grécia antiga como uma escola privada, ou nas barbaridades cometidas em sala de aula durante os terrores nazista e stalinista como escola pública e, no entanto, isso é o que são ou foram!

Num recente encontro, ouvi do reitor de uma universidade pública: a escola jamais poderá ser uma empresa! Fui buscar o significado de empresa no dicionário e constatei que o termo vem sendo usado desde Camões, para designar um empreendimento, uma iniciativa corajosa, uma empreitada. A palavra vem do latim *presus*, prender e juntar, reunir precedido pelo sufixo *In* que é dar forma, dar contorno. Ou seja, todas as atividades que a sociedade empreende, através de uma organização, são empreendimentos, são empresas. Uma empresa é uma forma organizada e eficiente de se atingir um objetivo social. E acho que temos evidência suficiente, no Brasil, de que muitas "empresas" privadas que se dedicam ao ensino são competentes, eficientes algumas delas até mesmo mais do que as instituições públicas.

Nesse debate que já leva anos, a respeito do ensino superior, lê-se freqüentemente que os responsáveis pelas escolas privadas querem: "a transformação do ensino superior em negócio"! Nesses termos, é claro que ninguém vai concordar com a transformação da educação ou da saúde em "negócio". Mas a própria palavra negócio não deve ser demonizada. Novamente, o Aurélio nos ensina que negócio tem a ver com transação, comércio, troca. E nesse negócio, como em qualquer outro, ninguém dá nada a ninguém e não há bóia de graça caindo do céu (allíás, não há bóia, nem mesmo, ao preço simbólico de 1 real; são os nossos impostos que cobrem a diferença). Tudo que a sociedade produz e distribui tem um preço, porque custou o esforço de alguém e tem de remunerar o trabalho das pessoas, sejam eles professores, bedéis, médicos, enfermeiras ou motoristas.

Mas, importante, mesmo, mais do que definirmos os termos, é que educação é assunto muito sério. Tão sério que, hoje em dia, a coisa mais fácil do mundo é estabelecer uma correlação estatística entre as sociedades vitoriosas sociedades onde o cidadão tem um padrão de vida digno, com trabalho e lazer; respeita e é respeitado; os países "desenvolvidos", enfim e a importância que essas sociedades atribuem à educação. Estados Unidos, Japão, Suíça, até mesmo nossos vizinhos da América Latina, como Chile e Argentina, têm índices estatísticos bem superiores aos nossos na área da educação.

Diz a sabedoria popular que "não se mexe em time que está ganhando". Só que, no Brasil, estamos perdendo, há muito tempo o jogo está quase acabando e ficamos desperdiçando tempo valioso em discussões vazias, como, por exemplo, se o ensino deve ser público ou privado, uma "devoção" ou um "negócio". Seja o que for, o modelo antigo não está dando certo e precisa ser revisto.

Em que precisa ser revisto? Em muita coisa: os reais custos por aluno, nas instituições públicas de ensino precisam ser levantados, para que se façam as comparações com o que ganham as "empresas educacionais" privadas. Tenho certeza de que, na maioria dos casos, custa mais estudar na escola pública. Talvez seja por isso que os alunos das famílias mais ricas formam a maioria dos que estudam de graça, e os que só podem pagar pouco vão à escola privada que cobra as mais baixas mensalidades do mundo ocidental (em alguns casos, menos de 100 dólares). Outra é o papel do MEC. Por que abrir uma escola é um processo tão difícil, numa sociedade que tem tanta necessidade de educar os seus cidadãos? Por que exigir que a formação para o mercado de trabalho esteja majoritariamente nas mãos de mestres e doutores?

O fato é que há lugar para todo mundo. Há serviços educacionais como a pesquisa intelectual e acadêmica, o desenvolvimento de tecnologias e de know-how, que só as grandes universidades poderão prestar. Por outro lado, há especializações e especificidades em que a

pequena instituição, de direito privado não necessariamente uma empresa com fins lucrativos com seus vínculos de intimidade com o mercado de trabalho sempre vai desempenhar com mais competência. Há uma força e energia na convivência saudável e harmoniosa entre as diferenças, que padronização e a centralização excessivas acabam destruindo. Para isso, contudo, é preciso buscar mais entendimento entre os profissionais "públicos" e os "privados".

Disponível em: <<http://www.jrwp.com.br/artigos/leartigo.asp?offset=435&ID=85>>. Acesso em: 27 jul. 2009.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais